



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

ATA

**265ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL -
CNPS**

Brasília, 31 de outubro de 2019

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 264ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 31 de outubro de 2019

LOCAL: Esplanada dos Ministérios – Ministério da Economia, Bloco F, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

ME – Leonardo José Rolim Guimarães

INSS – Márcia Eliza de Souza

ME – Benedito Adalberto Brunca

ME – Tereza da Silva Assis

IPEA – Luís Henrique da Silva de Paiva

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa

COBAP – Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAPI – Milton Baptista de Souza Filho

Representações dos Trabalhadores em Atividade

FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho

UGT – Natal Léo

CONTAG – Evandro José Morello

CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas

Representação dos Empregadores

CNI – Camila Jardim Aragão

CNF – Ênio Mathias Ferreira

CNC – Francisco Maia Farias

Convidados

DATAPREV – Ubiramar Mendonça

SINDANEPS – Hamilton Xavier

CENTRAPE – Micael Ferrone

UGT – Francisco Canindé Pegado

FECOMÉRCIO – Karine Câmara

FECOMÉRCIO – Eduardo Almeida

CNA – Luiz Firmino Rosa

CNA – Carolina C. V. de Melo

CNM – Fernando Benício

CRPS – Marcelo Bórsio

CISS – Gibrán Ramirez Reyes

CISS – José Antônio

SPREV – Andrea Velasco Rufato

SPREV – Emanuel de A. Dantas

SPREV – Alessandro Roosevelt Ribeiro

SPMF – Karina Braido Santurbano de Teive e Argolo

SPMF – José Carvalho Neto

SEPRT – Fernando Machado Diniz

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o Excelentíssimo Senhor Leonardo José Rolim Guimarães (SPREV/ME) abriu a 265ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Conselheiro Leonardo José Rolim Guimarães, na qualidade de Presidente substituto, deu posse ao Sr. Francisco Maia Farias, conselheiro titular, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e reconduziu o Sr. Ênio Mathias Ferreira, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. Apresentou a senhora Carolina de Melo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, que tomará posse na 265ª reunião em virtude da portaria de sua nomeação não ter sido publicada antes desta reunião. Fazendo uso da palavra, os novos conselheiros agradeceram a oportunidade e se colocaram à disposição a fim de contribuir com o bom andamento dos trabalhos no Conselho. Ato contínuo, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães colocou em votação a Ata da 264ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada em 26 de setembro de 2019. A ata foi aprovada à unanimidade.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Leonardo José Rolim Guimarães apresentou a pauta da reunião, sendo estabelecido: I – Abertura; II – Expediente; III – Ordem do dia: a) O Sistema de Seguridade Social na América Latina, apresentação: Sr. Gibrán Ramirez Reyes – Secretário-Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS); b) O que é a Perícia Médica Federal, objetivo, competências e prioridades. Quais mudanças ocorreram com a saída do INSS para o Ministério da Economia, apresentação: Karina Braido Santurbano de Teive e Argolo – Subsecretária de Perícia Médica Federal; c) Observatório de Previdência e informações do Cadastro Nacional de Informação Social – CNIS, apresentação: Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro – Chefe da Assessoria de Cadastros Previdenciários da Secretaria de Previdência. IV – Informes. V - Outros Assuntos. Na sequência, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Gibrán Ramirez Reyes, para sua exposição. Com a palavra, o Sr. Gibrán Ramirez Reyes falou que a Conferência Interamericana foi criada em 1942, no Chile, com o propósito de manter uma cooperação para o bem-estar dos povos da América. Destacou que,

atualmente, está sediada no México sob o comando dos mexicanos e norte-americanos. Explicou que a Conferência teve um passado virtuoso, porém, grandes mudanças aconteceram após os anos 80. Prosseguiu pontuando que sua gestão vem recuperando a capacidade institucional da Conferência e convidou os brasileiros para colaborar nos estudos referentes a Seguridade Social. Explanou os desafios da Seguridade Social no século XX, como o fato de as mulheres que encabeçavam as famílias ficavam desprotegidas no sistema de seguridade social. Enfatizou que o Brasil se tornou exemplo na cobertura social oferecida a população, tendo influência, inclusive, na saúde da população. Falou que a partir dos anos 90, o sistema de Seguridade Social nas Américas começou a se recuperar, principalmente por consequência do início das privatizações dos fundos de pensões. Atribuiu a melhoria gradativa do sistema de seguridade à consolidação dos regimes democráticos e ao crescimento econômico baseado na exportação de *commodities* e destacou o pioneirismo do Brasil ao reconhecer em sua Carta Magna os direitos fundamentais e de proteção social para todos. Salientou que não gosta do conceito de “boas-práticas”, pois depende muito de “onde, quando e para quê”, mas disse acreditar nas experiências de sucesso que proporcionam o bem-estar. Pontuou que o sistema de seguridade social brasileiro continua sendo um dos mais robustos e concluiu dizendo que a CISS está à disposição do Brasil para ajudar no processo de transformação do sistema de Seguridade Social oferecendo assistência técnica e acompanhamento em busca do sucesso, visando ajudar outros países da América. Encerrada a apresentação, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães agradeceu ao Dr. Gibrán Ramirez Reyes e destacou que a CISS tem grande relevância na realização de estudos, análises bem como em propiciar experiências exitosas em diversos países. Prosseguindo, franqueou a palavra aos presentes. Com a palavra o Sr. Marcos Barroso de Oliveira parabenizou o Sr. Gibrán Ramirez Reyes pela bela apresentação e destacou que a Previdência não é a causa, mas, sim, a consequência de diversas políticas e diversos fatores. Pontuou a importância do estudo comparado, uma vez que mostra as diferenças do sistema do Brasil, e que não dá para usar a mesma forma política. O Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas parabenizou pela apresentação e perguntou se a CISS tem algum estudo sobre o impacto causado pelo neoliberalismo na Seguridade Social no Chile e esclareceu sua preocupação que, apesar de cada país ter uma realidade, é importante evitar as consequências a médio e longo prazo. Em resposta, o Sr. Gibrán Ramirez Reyes destacou que, do ponto de vista técnico, o Chile foi um dos países que alcançou melhores resultados com essas políticas econômicas, mas, ao mesmo tempo, viu a desigualdade aumentar. Dando continuidade, o Sr. Natal Léo indagou se é possível integrar o CISS na busca de novos conhecimentos. O Sr. José Tadeu Peixoto da Costa pontuou a

diferença entre “Seguridade Social e Assistência Social” e indagou qual o modelo ideal para se financiar a Seguridade Social e quem garantirá tais direitos. Informou que no Brasil é feito pelos impostos e contribuições. Respondendo aos questionamentos, o Sr. Gibrán Ramirez Reyes informou que em breve os sindicatos e entidades poderão se filiar e alertou que antes de pensar em como fazer o financiamento da Seguridade Social, devesse pensar em como reorganizar os mercados de bem-estar. Superado os debates, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães convidou a Sra. Karina Braidó Santurbano de Teive e Argolo para fazer sua apresentação sobre o tema: O que é a Perícia Médica Federal, objetivo, competências e prioridades. Quais mudanças ocorreram com a saída do INSS para o Ministério da Economia. De posse da palavra, a Sra. Karina Braidó Santurbano de Teive e Argolo pontuou que a carreira de Perito Médico Federal foi criada através da Medida Provisória nº 871, que foi convertida na Lei nº 13.946/2019 e que transferiu o quadro para o Ministério da Economia com os seguintes objetivos: 1) aumentar as atribuições da carreira, a fim de abranger as necessidades de perícia médica na prestação de serviços públicos; 2) autonomia da gestão da Perícia Médica. Explanou que o Decreto nº 9.745 criou a Subsecretaria de Perícia Médica Federal e delegou suas competências com a missão de prover à Administração Pública um serviço efetivo e otimizado, visando ser referência à sociedade e ao Governo com um serviço público de qualidade e 100% digital. Prosseguindo a apresentação, o Sr. José Carvalho Neto, em complementação à fala da Sra. Karina Braidó Santurbano de Teive e Argolo, destacou que a saída da Perícia Médica do INSS não trouxe ônus, tampouco morosidade no fluxo de atendimento das agências e sim, melhorias no fluxo de tarefas e agendamentos. Afirmou que a perícia por incapacidade continuará sendo presencial e enfatizou que o perito que não cumprir sua meta diária terá desconto em sua remuneração. Destacou que hoje, a perícia médica leva em média 12 dias para informar o resultado sendo esse o menor período da história mesmo com o atual quadro de peritos reduzidos. Após a exposição, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães franqueou a palavra aos conselheiros presentes para questionamentos. Iniciando o bloco, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira externou sua preocupação com o fato de os peritos médicos passarem a assistir todos os entes, sejam eles da esfera administrativa ou judicial, uma vez que pode cercear o direito à ampla defesa e ao contraditório. Questionou como os peritos irão reavaliar uma perícia que foi judicializada. Falou da necessidade de ajustes e aperfeiçoamentos visando não prejudicar as pessoas que mais necessitam de assistência e indagou se também haverá perícia médica à distância. Em sua contribuição, o Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho demonstrou sua preocupação no tocante aos benefícios que necessitam de laudo técnico para serem autorizados, e questionou se a partir de

2020, ao requerer o benefício de aposentadoria especial vai ter que apresentar o PPP e o Laudo. Ato contínuo, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães destacou que a mudança na atuação do perito médico federal não é apenas administrativa, mas uma mudança de conceito passando a integrar o quadro de carreiras da União. Acrescentou que o principal ponto é que no início era comum o judiciário buscar uma perícia técnica particular. Pontuou, ainda, que há um pensamento positivo de criar um mecanismo para demandarem a polícia medica federal, mas nada impedindo de o juiz que preferir fazer uma Perícia Médica privada. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira sugeriu como item de deliberação “pela indicação ou não desse sistema de um médico único ser para o administrativo e judicial”, por entender que existem grandes divergências entre os médicos e a assistência medica pericial, principalmente no tocante a metodologia. O Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas solicitou esclarecimentos sobre as acusações feitas em um vídeo veiculado pelos Médicos Peritos Federais, em que fazem acusações relacionadas ao DATAPREV e ao próprio INSS, que há obstrução nos serviços prestados por eles. Comunicou sua preocupação porque já houve casos anteriores em que a greve de médicos peritos resultaram em sérios problemas para os segurados. Dito isso, solicitou explicações. Com a palavra, a Sra. Karina Braido Santurbano de Teive e Argolo explicou que com relação ao vídeo, a Associação está fazendo o papel dela, quanto a perícia médica, essa continuará sendo realizada presencialmente, sem prejuízo para o segurado. O Sr. Natal Leo enfatizou que embora a Perícia Médica e o INSS tenham seus papéis de forma distinta, mas para efeito do usuário na ponta, a coisa continua ruim e isso que deve ser acertado. Antes de passar a palavra a Sra. Marcia Eliza de Souza, Diretora de Benefícios do INSS, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães esclareceu que, a concessão do benefício é do INSS, a perícia é uma parte do processo de concessão e a perícia agora não está mais dentro do INSS, e que no momento está havendo um processo de mudança. Os sistemas ainda estão em desenvolvimento, a ideia é que, em breve, os sistemas sejam totalmente autônomos e isso vai reduzir muito os problemas existentes. Concluindo o bloco a Sra. Márcia Eliza de Souza destacou que o INSS vem trabalhando visando melhorias no fluxo dos atendimentos para melhor atender aos segurados e ao público em geral. Encerrado os debates, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães convidou o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro para expor sua apresentação com o tema: Observatório de Previdência e informações do Cadastro Nacional de Informação Social – CNIS. O Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro destacou que o Observatório do CNIS é um projeto que está inserido no Decreto nº 10.047; falou que o objetivo do projeto é estudar e divulgar as políticas previdenciárias que utilizam os dados do CNIS; explicou que a uma das ideias do Observatório é criar uma plataforma com a comunidade acadêmica, para

fomentar pesquisas sobre o tema: previdência; comungou que atualmente, no Brasil, as pesquisas na área previdenciária estão limitadas na área do Direito e, informou que essas pesquisas se concentram em regime geral de previdência; pontuou que há poucos estudos sobre a aplicabilidade do modelo previdenciário brasileiro. Salientou que não existem dados suficientes para fazer estudos, a longo prazo, sobre o modelo de regime geral do Brasil, que é mais amplo; comungou que parte das informações sobre os regimes previdenciários estão constantes no CNIS e explicou que o Decreto nº 10.047 amplia as informações sociais contidas no cadastro, criando uma plataforma rica para fomentar toda a área de pesquisa sobre o tema; ressaltou que o Observatório selecionará pesquisadores através de programas do Ministério da Educação; informou que foi criada uma Secretaria e grupos de trabalhos com pesquisadores, especialistas que desejam discutir e desenvolver propostas para a evolução de políticas públicas que envolvam a previdência e a assistência social. Enfatizou que o Observatório é como uma ferramenta de fomento que envolve a comunidade e os pesquisadores, extraindo informações que serão insumos para a evolução da política e/ou criação de novas políticas; explicou que a consolidação dos dados será analisada pelos gestores. Apresentou a estrutura do Observatório, que será composto por: 1) Coordenação-Geral: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; 2) Coordenação Operacional: Secretaria de Previdência; 3) Coordenação Operacional em relação aos dados do CNIS: Assessoria de Cadastro; 4) Coordenação de Logística de Trabalho dos Grupos Temáticos: Gabinete – Secretaria de Previdência. Informou que a Coordenação Operacional será realizada pela ~~coordenada~~ pela Secretaria de Previdência e ligada diretamente ao Secretário de Previdência, que contará com ~~terá~~ um grupo técnico que definirá ~~as~~ as diretrizes e as atividades que cada grupo deverá desenvolver dentro do Observatório. Explicou que a Coordenação Operacional vai fomentar os trabalhos de cada grupo e compartilhará os relatórios, resultantes das análises dos dados coletados. Informou que o Gabinete da Secretaria de Previdência, através da Secretaria-Executiva, será responsável pelas chamadas públicas. Discorreu sobre o CNIS e comungou que o INSS é responsável pela administração operacional; esclareceu que a Secretaria de Previdência atua na definição da política de utilização do CNIS; relatou que o Observatório desenvolve a estruturação do portal do CNIS e divulga os dados para a comunidade; ressaltou que os dados dispostos pelo Observatório são utilizados como insumos nos cálculos atuariais para a definição de políticas e, que após a análise da comunidade, os dados retornam como inputs para a evolução da política pública; informou que o banco de dados é de responsabilidade da DATAPREV. Informou que a Secretaria de Previdência está em busca de parcerias que desenvolvam métodos de disponibilizar os dados de forma mais

estrutura, e que também a Secretaria de Previdência será responsável pela definição de compartilhamento dos dados. Referente aos resultados esperados, pontuou: 1) monitoramento, avaliação e transparência das políticas públicas e dos programas sociais; 2) melhoramento na gestão e precisão de programas de governo; 3) sofisticação dos mecanismos decisórios; e 4) identificação de impacto no orçamento público; impacto no mercado de trabalho; impacto na distribuição e na transferência de renda; características de grupos e regiões; mudanças demográficas e econômicas; padrões comportamentais; eventos de risco ao longo do ciclo de vida; e possíveis fraudes na operação. Prosseguiu falando dos grupos temáticos iniciados e apresentou seus objetivos e, concluindo sua apresentação, externou que a ideia do Observatório é desenvolver o futuro das políticas sociais de previdência e assistência. Ato contínuo, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães franqueou a palavra aos Conselheiros para manifestações. De posse da palavra, o Sr. Evandro José Morello respaldou a importância do Observatório como um processo de construção e aperfeiçoamento da política de proteção previdenciária. Questionou se a base de estudos que será estabelecida vai enquadrar as pessoas no banco de dados e sugeriu a criação de um grupo técnico para tratar do cadastro rural. Com a palavra, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira comungou que de acordo com o Presidente Franklin Roosevelt: *“na vida é muito, é importante arriscar coisas grandiosas mesmo expondo-se a derrota do que formar fila com os pobres de espírito que não gozam muito e não sofrem muito, pois vivem numa penumbra cinzenta”*. Dito isso, destacou a importância do aperfeiçoamento e melhoria dos serviços prestados pelo INSS e registrou sua preocupação sobre o ajuste do CNIS, para que o ajuste possa ser feito a qualquer tempo a fim de evitar que eventual perda dos documentos interfira na concessão dos benefícios. Sugeriu, ainda, que as baixas das empresas estejam vinculadas também ao CNIS a fim de evitar malefícios aos segurados. Em resposta, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães comunicou que oportunamente será criado um Comitê Técnico dentro Observatório, e esse Comitê definirá as prioridades dos grupos, sobre temas prioritários, o qual inclui o cadastro rural, principalmente em razão das transformações ocorridas pelas MP 871. Ato contínuo, passou a condução da reunião ao Sr. Benedito Adalberto Brunca em razão de agenda externa. Com a palavra, o Sr. Benedito Adalberto Brunca em complementação ao tema do Observatório, relatou que, em 23/09/2019, foi publicada a Portaria nº 1.065 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho que instituiu a Carteira de Trabalho Digital. Esclareceu que a partir dessa data a Carteira de Trabalho em papel, oficialmente, deixou de existir como um elemento de origem da informação. As informações estão migrando para a digital, e essas informações constantes da carteira digital são as mesmas do CNIS com o meu INSS. Pontuou que

a origem das informações da carteira digital está associada com o eSocial. Explicou que esse é o processo de convergência da matriz da virtualização para poder facilitar. Dito isso sugeriu a distribuição de uma apresentação contendo a explicação do conteúdo da Carteira Digital, que é uma área afeta, em tese, a Secretaria de Trabalho, mas que vai trazer repercussões efetivas na vida do trabalhador e evitar que ele perca documentos em virtude do lapso temporal. O Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho solicitou, como ponto para a pauta de dezembro, uma explanação sobre as revisões dos enunciados feitas pelo Conselho Pleno da CRPS, uma vez que a reunião de novembro abordará apenas os pontos objetos da reforma da previdência. Em colaboração, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira solicitou informações sobre o andamento das propostas feitas pelo Presidente do CRPS, acerca do funcionamento do Conselho. Questionou se estão sendo adotadas providências, para dar respaldo, preparo e estrutura ao CRPS, para que se possa ter um trabalho mais efetivo, uma vez que a ideia é a diminuição da judicialização da demanda Previdenciária. O Sr. José Tadeu Peixoto da Costa fez quatro observações: a) as avaliações sociais dos benefícios de LOAS, benefícios assistenciais, estão demorando muito, prazos de espera absurdos; b) a dificuldade de se obter, junto a DATAPREV, o resultado da perícia médica, por não ter data limite de entrega, o que prejudica a entrega das cartas de concessão para PIS, PASEP e FGTS e, tampouco, ser possível solicitar no “MeuINSS”; acrescentou que o atraso demasiado da DATAPREV, para o envio da correspondência ao segurado e pela a falta de atendimento nas agências, o beneficiário fica muito prejudicado; c) o pagamento de resíduo por óbito; questionando que o motivo de somente poder ser feito na agência de manutenção do benefício em plena era de informatização; informou, também, não ser possível solicitar no “MeuINSS”; e por fim, d) propôs ao Conselho encaminhar a algum Deputado Federal levar ao Congresso Nacional, uma proposta sobre o adicional de 25%, uma vez que o judiciário já tem dado aos segurados que necessitam e não apenas àqueles que possuem aposentadoria por invalidez, mas por idade e por tempo de contribuição e ressaltou a importância de uma discussão sobre o tema. O que foi respondido pelo Sr. Benedito Adalberto Brunca que se comprometeu a repassar os pontos ao INSS, para que possam preparar eventuais informações e posteriormente circulado aos demais conselheiros para ciência.

IV – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Marcos Barroso de Oliveira sugeriu uma ampla apresentação sobre a PEC 006/2019 e sugeriu que o Conselho deliberasse sobre a metodologia de como acontece as perícias após a criação do corpo de médicos peritos.

O Sr. Leonardo José Rolim Guimarães sugeriu que a 266ª RO do CNPS aborde o Tema da Reforma da Previdência, uma ampla apresentação (cuidadosa e concreta) da PEC 06.

V – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta, nada mais havendo a tratar, o Sr. Benedito Adalberto Brunca deu por encerrada 265ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.